

Transição de poder no Equador: rupturas e continuidades nos governos de Rafael Correa e Lenín Moreno (2007-2021)

Power transition in Ecuador: ruptures and continuities in the governments of Rafael Correa and Lenín Moreno (2007-2021)

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.133335>

Mateus Webber Matos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

mateus.webber@hotmail.com  

Eduardo Ernesto Filippi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

edu_292000@yahoo.com.br 

Resumo

As eleições de 2017 marcaram o encerramento de dez anos dos governos de Rafael Correa no Equador (2007-2017). Correa decidiu abster-se de uma candidatura. O apoio veio àquele que havia sido seu aliado e vice-presidente (2007-2013), mas que, em poucos meses, se tornaria seu desafeto: Lenín Moreno. Dessa maneira, a pergunta que este trabalho pretende responder é: de que forma a transição de Rafael Correa para Lenín Moreno na presidência do Equador afetou os ambientes político e econômico do país? O objetivo geral é identificar, no mandato de Moreno (2017-2021), avanços e retrocessos em relação às gestões anteriores de Correa no que diz respeito aos campos político e econômico do Equador. Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como pesquisa documental e bibliográfica. O marco teórico-conceitual tem como base o "tecnopopulismo". Os resultados deste estudo indicam que Moreno promoveu medidas que amenizaram o ambiente autocrático criado por Correa, prometendo um projeto econômico alternativo e a revisão de programas de assistência social. Desse modo, Moreno buscou construir projetos que, de alguma maneira, se afastassem de seu antecessor. Ainda que prejudicado por fatores externos, a presidência de Moreno foi marcada pela perda de apoio popular.

Palavras-chave: Rafael Correa; Lenín Moreno; Equador; Tecnopopulismo.

Abstract

The 2017 elections marked the end of ten years of Rafael Correa's government in Ecuador (2007-2017). Correa decided to abstain from a candidacy. The support came from the man who had been his ally and vice-president (2007-2013), but who, in a few months, would become his nemesis: Lenín Moreno. The question this paper aims to answer is: how did the transition from Rafael Correa to Lenín Moreno as president of Ecuador affect the country's political and economic environments? The general objective is to identify, in Moreno's term (2017-2021), advances and setbacks in relation to Correa's previous administrations in Ecuador's political and economic fields. This is a qualitative study. In terms of procedures, it is characterised as documentary and bibliographical research. The theoretical-conceptual framework is based on "technopopulism". The results of this study indicate that Moreno promoted measures to soften the autocratic environment created by Correa, promising an alternative economic project and a review of social assistance programmes. In this way, Moreno sought to build projects that, in some way, distanced himself from his predecessor. Even though he was hampered by external factors, Moreno's presidency was marked by a loss of popular support.

Keywords: Rafael Correa; Lenín Moreno; Ecuador; Technopopulism.

Recebido: 20 Junho 2023

Aceito: 16 Setembro 2023

Artigo financiado, em partes, pela bolsa de pesquisa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhá-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

Os governos de Rafael Correa (2007-2017) representaram uma mudança na estrutura política do Equador. Após assumir a presidência, Correa implementou políticas de redistribuição de renda, estimulou o enfraquecimento de partidos políticos, desenvolveu mecanismos para a concentração de poder e articulou estratégias para debilitar movimentos sociais que fossem contrários ao seu governo (O'NEIL, 2016; MELÉNDEZ; MONCAGATTA, 2017). Por esses motivos, é possível dizer que Correa apresentava traços personalistas e centralistas (DE LA TORRE, 2013; LARA, 2017; SÁNCHEZ; PACHANO, 2020). Em 2017, com pouco apoio popular para reeleição, Correa nomeou Lenín Moreno (seu ex-vice-presidente, entre 2007 e 2013) como candidato à presidência.

Após campanha exitosa, Moreno assumiu o cargo e, em poucos meses, traçou políticas opostas às de seu antecessor. Fomentou debates com grupos que haviam sido marginalizados na década anterior, como indígenas, empresários (pertencentes às elites liberais) e membros de movimentos sociais (WOLFF, 2018). Apesar da ruptura com Correa e da tentativa de desconstrução do que havia sido feito nos últimos 10 anos, Moreno não foi bem-sucedido em aliviar tensões econômicas e políticas presentes no Equador desde a saída de Correa em 2017. Os protestos sociais de 2019 enfraqueceram um governo que já não contava com apoio popular.

Sendo assim, e tendo em vista os cenários econômico e político equatorianos, a pergunta central desse trabalho é: de que forma a transição de Rafael Correa para Lenín Moreno na presidência do Equador afetou os ambientes político e econômico do país? Dessa maneira, o objetivo geral é identificar, no mandato de Moreno (2017-2021), avanços e retrocessos em relação às gestões anteriores de Correa no que diz respeito aos campos político e econômico. Em seguida, os objetivos específicos são segmentados em: 1) analisar os principais eventos e características dos governos de Rafael Correa; 2) compreender a transição Correa-Moreno em 2017 em seus aspectos políticos e econômicos; 3) verificar, ao final de 2021, avanços e retrocessos de Moreno em relação a Correa. Os resultados deste estudo indicam que Moreno – muito embora não tenha conseguido melhorias econômicas significativas, nem romper com polarizações sociopolíticas – promoveu medidas que amenizaram o ambiente autocrático criado por Correa, prometendo um projeto econômico alternativo e uma revisão de programas de assistência social, recebendo a alcunha de “*perestroika* equatoriana” (DE LA TORRE, 2020).

Em termos metodológicos, para além da pesquisa qualitativa fundamentada em livros e artigos atinentes às administrações Correa e Moreno, analisou-se informações e relatórios de institutos de pesquisa de opinião (Latinobarómetro) e de bases de dados (CEPALSTAT e Index Mundi), bem como documentos produzidos por órgãos do governo equatoriano (Secretaría Técnica Planifica Ecuador). Do ponto de vista teórico-conceitual, o artigo se apoia no termo idealizado por De la Torre (2013, 2020) de “populismo tecnocrático”, argumentando que Correa promoveu um processo de modernização do Equador a partir de uma estratégia *top-down*, na qual o Estado seria responsável por maior distribuição de renda e por controlar a extração e a comercialização de recursos naturais, por exemplo.

Este artigo é composto por três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro debate os 10 anos em que Rafael Correa esteve no poder, considerando os panoramas social, econômico e político do país. A segunda seção aborda a transição de governo ocorrida em 2017 e os anos iniciais da administração Moreno. A parte final contempla o período pandêmico e seus reflexos no Equador, bem como a campanha eleitoral em 2021, na qual Guillermo Lasso saiu vitorioso.

A década correísta (2007-2017): ascensão e declínio do projeto de Rafael Correa para o Equador

Em seu discurso de posse, Rafael Correa (EQUADOR, 2007) elencou alguns grandes eixos de sua *Revolución Ciudadana*¹: uma revolução constitucional; uma revolução econômica; e o resgate da dignidade, soberania e busca da

¹ De acordo com Lalander e Peralta (2012, p. 16-17, tradução nossa) “A Revolução Cidadã do PAIS é um processo que inclui propostas que poderíamos chamar de dessetorização e/ou descorporativização da sociedade, isto é, a abolição das divisões sociais, econômicas e, nesse caso, étnicas, na esfera política e, em seu lugar, realçar o exercício da cidadania”.

integração latino-americana. Esses são pilares que associam o movimento ao que tem sido denominado pela literatura de “pós-neoliberalismo”² (DE LA TORRE, 2013; WOLFF, 2018). Além destes, houve a recuperação de uma expressão cultural com origens indígenas: o *Buen Vivir*. Assim sendo, a natureza passou a ser parte integrante do projeto de governo de Correa. O termo surgiu com o intuito de não somente respeitar diferentes povos e culturas, mas também locais nos quais guardavam suas raízes. O termo invoca, por exemplo, transformações nas estruturas econômicas “e nas relações de poder inter e intrasociedades. Nesse sentido, rivaliza com interpretações dominantes do desenvolvimento sustentável que, na prática, preconizam o *status quo* ou a reforma (incremental) do sistema anterior”³ (VANHULST; BELING, 2013, p. 513, tradução nossa). Isso significava, entre outras coisas, retomar, estreitar e respeitar laços com a *Pachamama*.

Buen Vivir deriva da expressão em quíchua⁴ *sumak kawsay* que diz respeito à convivência harmônica entre comunidades – notadamente as indígenas da Amazônia e dos Andes – e cosmos (NOVO, 2018; DE LA TORRE, 2020). Os dois termos remontam, especialmente, às convulsões sociais da década de 1990, durante as quais a presença de grupos indígenas era sempre muito forte na cobrança de melhores condições de vida e maior representatividade política. Ademais, com a emergência de novas pautas e movimentos sociais na virada do milênio, o *Buen Vivir* incorporou demandas e conceitos feministas, ecologistas, humanistas e marxistas (AROCA, 2020).

O termo manifestou também uma consciência anticolonial, na medida que buscava superar padrões de consumo europeus e se afastava de instituições que reproduziam a dominação cultural dos tempos coloniais (VANHULST; BELING, 2013). O intuito era substituir o antropocentrismo e o eurocentrismo por ideais que convergissem com uma convivência mais harmônica e menos parasitária entre os seres humanos e destes com a natureza. Para isso, era fundamental também que se questionasse e se desfizesse o conceito de subordinação, evitando qualquer tipo de supremacia (cultural, política, econômica, social, produtiva) que pudesse abalar o equilíbrio entre sociedades.

Nessa linha, Correa afirmou, em entrevista concedida à Juan Carlos Monedero (2018), que o *Buen Vivir* representava “uma alternativa ao conceito de desenvolvimento. Não se trata de acumular. Se trata de se satisfazer necessidades básicas (educação, saúde, serviços fundamentais). Viver em harmonia com a natureza e as demais culturas”. O termo apresentava, desse modo, densidade conceitual para se tornar paradigma na política latino-americana. Entretanto, essa ideia de caráter multifacetado foi de encontro a alguns dos principais atributos de Correa, tais como o centralismo, o personalismo e os ataques à liberdade de expressão, naquele que seria considerado um estilo próprio de governo, cuja forma de controle social era caracterizada como *top-down* (LEVITSKY; ROBERTS, 2011; O’NEIL, 2016; LARA, 2017; DE LA TORRE, 2020).

Após manifestações de organizações como a Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE) contrárias à Lei da Mineração – sob a alegação de que, ao autorizar a exploração de áreas a céu aberto por empresas transnacionais, o governo estaria colocando em risco o meio ambiente e a preservação de comunidades indígenas – Correa limitou a autonomia do Sistema de Educação Intercultural Bilingüe⁵ e fechou cerca de 13 mil escolas comunitárias, forçando estudantes a percorrerem vários quilômetros até outros centros de educação que, não raro, não dispunham de profissionais versados nas línguas e culturas indígenas (NOVO, 2018).

A extração de minerais foi uma das atividades que impulsionaram a economia sob Correa. Por outro lado, algumas organizações indígenas julgavam essa prática nociva, argumentando a favor do respeito à natureza. Há, nesse

² Para Macdonald e Ruckert (2009, p. 6-7, tradução nossa), ao se estudar esse conceito, é preciso “primeiro demarcar o que o pós-neoliberalismo não é: o pós-neoliberalismo não deve ser entendido como uma era ‘depois’ do neoliberalismo. Em vez disso, sugerimos que a era pós-neoliberal é caracterizada principalmente por uma busca por alternativas políticas progressistas decorrentes das muitas contradições do neoliberalismo”.

³ Traduzido do original: “(...) y de las relaciones de poder inter- e intra- sociedades. En este sentido, compete con interpretaciones dominantes del desarrollo sostenible que, en la práctica, preconizan el statu quo o la reforma (incremental) del sistema anterior”.

⁴ De acordo com o dicionário Michaelis, o quíchua é uma “língua que era falada pelos antigos quíchuas, sendo inclusive o idioma geral do Império Inca, e ainda hoje é falada por grupos indígenas dos países andinos, especialmente do Equador e do Peru” (QUÍCHUA, 2021).

⁵ De acordo com o Ministério da Educação do Equador (2017, tradução nossa) “O Sistema de Educação Intercultural Bilingüe das nacionalidades e povos indígenas do Equador compreende desde a estimulação inicial até o nível superior. Está destinado à implementação do Estado plurinacional e intercultural, no marco de um desenvolvimento sustentável com visão de longo prazo (Constituição de 2008). [...] Em razão de sua existência, cada nacionalidade tem direito a contar com sua própria educação em respeito ao Direito Coletivo reconhecido pela Constituição da República do Equador e aos instrumentos internacionais subscritos pelo Equador”.

sentido, aqueles que acreditam que a grande dependência de recursos naturais – como o petróleo – para a estabilização da economia é inconciliável com instituições e movimentos sociais fortes, uma vez que não existem, verdadeiramente, democracias petrolíferas (MALAMUD, 2009). É possível contestar o argumento com o qual o autor finaliza, sendo, porém, incauto refutar sua premissa de que a dependência excessiva de um produto (historicamente evidenciado pelos ciclos produtivos do Equador) dificilmente gera uma economia forte, como demonstra a expressão “a maldição da abundância”⁶ de Acosta (2009).

A CONAIE perdeu, gradualmente, sua representatividade política ao longo da década de 2000. A organização presenciou também o decaimento de seu braço político, o partido Pachakutik que, em 2002, contava com sete representantes legislativos e, em 2009, com apenas quatro (MADRID, 2019). Em realidade, não havia concordância dentro da confederação quanto aos rumos a serem seguidos, e o trunfo de Correa foi saber explorá-la, a fim de aproveitar-se da fragilidade oriunda da fragmentação decisória e ideológica (RIVERA; REGUERO; ROBALINO, 2020). De qualquer maneira, a CONAIE atravessou a era Correa no ostracismo, fortalecendo-se novamente apenas nas manifestações de 2019, que serão debatidas mais adiante.

Ademais, os governos Correa representaram maior debilidade das instituições políticas equatorianas. O sistema partidário do Equador é, historicamente, pulverizado (SANCHEZ-SIBONY, 2017). Com a criação do movimento político *Alianza PAIS* (*Patria Altiva i Soberana*) em 2006, Correa logrou monopolizar discussões políticas dentro do país. O partido sobrepujou dominações regionais (Costa, Serra e Amazônia) que as demais associações eventualmente conquistaram e construiu uma liderança na política nacional (WOLFF, 2018). Desde o retorno da democracia até a vitória de Correa – isto é, no intervalo entre 1979 e 2006 –, as eleições apresentaram margens estreitas entre o primeiro e o segundo candidatos.

De fato, muito da ascensão de Correa à presidência está amparada no ímpeto inicial do *Alianza PAIS* em associar sua capacidade de modificar estruturas ao fortalecimento de um modelo de poder centralizado no Estado (LARA, 2017). Algumas das desavenças envolvendo o partido (como, por exemplo, com a CONAIE) foram resultado, entre outros fatores, de visões distintas sobre a elaboração e execução de programas de auxílio social. Assim sendo, o *Alianza PAIS* (na figura de Correa) passou a se valer do regime democrático equatoriano para consolidar e perpetuar sua condição de proeminência, alterando a conjuntura de poder político no país (DE LA TORRE, 2010).

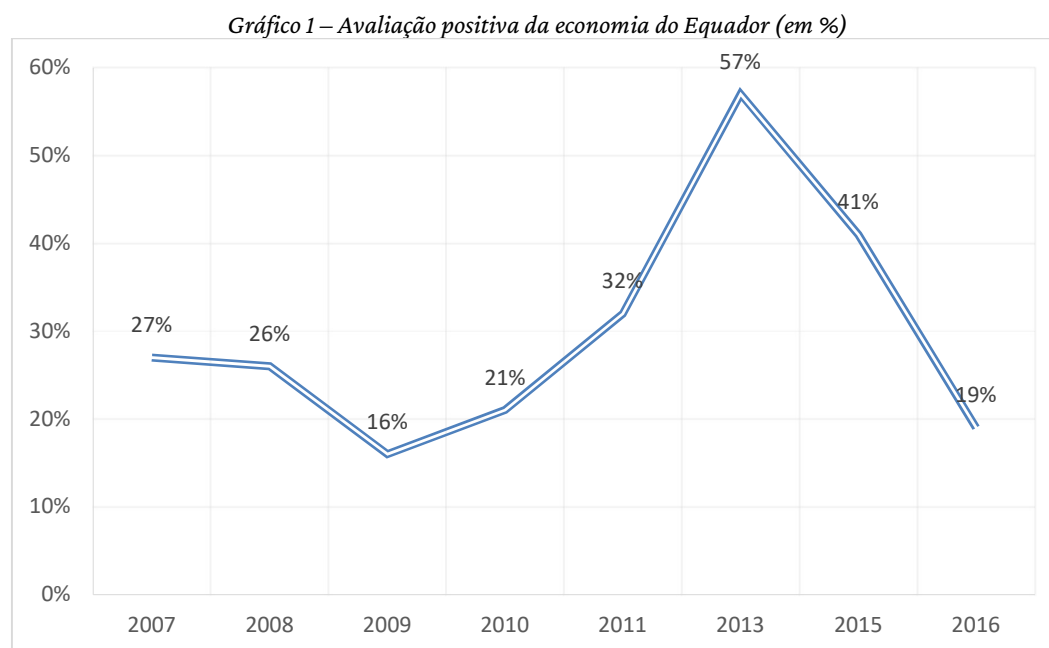
É nesse contexto que Correa dá os passos iniciais para a implementação do “populismo tecnocrático” ou “tecnopopulismo” no Equador. Ainda que populismo e tecnocracia pareçam conceitos distantes para atuarem de maneira conjunta, pode-se verificar traços do primeiro nos governos de Rafael Correa (LEVITSKY; ROBERTS, 2011; MELÉNDEZ; MONCAGATTA, 2017; SANCHEZ-SIBONY, 2017; DE LA TORRE, 2018; SÁNCHEZ; PACHANO, 2020). Quanto à tecnocracia, para que um regime seja qualificado como tal, é indispensável que, entre outros elementos, órgãos e instituições governamentais sejam comandados por especialistas em suas respectivas áreas. Em 2010, o Equador de Correa contava com “37 funcionários da alta administração, 29 possuíam pós-graduação, e 8 (incluindo o presidente) haviam completado o doutorado. Este é um número elevado em um país no qual, em 2010, somente 358 professores universitários eram doutores”⁷ (DE LA TORRE, 2020, p. 101, tradução nossa).

Todos esses traços dos governos Correa moldaram, de alguma maneira, a percepção que os cidadãos tinham dos rumos que trilhava a economia do Equador. É nesse sentido que a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) realiza – por meio da CEPALSTAT, órgão responsável pela coleta e processamento de dados – pesquisas de opinião

⁶ Ao refletir sobre o termo, Acosta (2009, p. 22, tradução nossa) se questiona “Como é que é possível que num país tão rico em recursos naturais, a maioria dos seus habitantes não consiga satisfazer suas necessidades básicas? Embora possa não parecer crível à primeira vista, evidências recentes e muitas experiências acumuladas permitem afirmar que esta pobreza está relacionada com esta riqueza. É possível afirmar que os países ricos em recursos naturais [...] têm mais dificuldade em desenvolver-se. Sobretudo aqueles que possuem uma dotação substancial de um ou de alguns produtos primários parecem estar condenados ao subdesenvolvimento”.

⁷ Traduzido do original: “(...) of 37 top officials in the administration, 29 had graduate education, and 8 (including the president) had completed a Ph.D. This is a high figure in a country where in 2010, only 358 college professors had earned a Ph.D.”.

anuais sobre variados assuntos e setores da sociedade na maioria dos países da região. O gráfico 1, por exemplo, reúne informações acerca da impressão da população sobre a economia do Equador.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2021).

Os dados do gráfico 1 ilustram, mesmo não havendo divulgação das informações de 2012 e 2014 por parte da CEPALSTAT, que podem existir padrões de maior volatilidade em épocas de instabilidade internacional, como em na crise do *subprime*, em 2008-2009, e a partir de 2014 com vários países latino-americanos entrando em recessão. Isso retrata a relação de dependência do Equador – e, em maior escala, de alguns países da América Latina – que remonta aos tempos coloniais e que, ao longo dos séculos XIX e XX, foi reforçada pelas antigas metrópoles.

Além disso, nota-se uma desaceleração no nível de crescimento dos salários-mínimos nominais no Equador. Ao considerar o índice anual médio (ano 2000=100) disponibilizado pela Cepal (2021), houve avanço de 17 pontos (135.1 - 152.0) entre 2007 e 2009; já no período 2011-2013 o mesmo índice variou quase 20 pontos positivos (170.2 – 190.0); por fim, no intervalo 2014-2016 o salário-mínimo nominal teve um aumento de 3,5 pontos (196.1 – 199.6). Esse ritmo foi acompanhado pela variação do índice de preços ao consumidor medido anualmente e que, entre 2014 e 2016, apresentou redução de 2,6 pontos percentuais (CEPAL, 2021).

Por outro lado, Correa triplicou o volume de investimentos públicos, passando de 5% do PIB em 2004 para 15% em 2014 (MATOS; FILIPPI, 2022). Atestando o caráter “tecnopopulista” de sua gestão, Correa deu maior destaque para uma instituição que estava encarregada do desempenho de indicadores sociais, investimentos e políticas públicas, modernização do aparelho estatal e elaboração de planos de crescimento econômico e cujas lideranças eram oriundas da academia: a Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo (SENPLADES) (DE LA TORRE, 2013, 2020).

No que diz respeito aos quadros econômico e de comércio exterior do Equador, é importante analisar repercussões do ciclo de prosperidade (2010-2012) e a crise provocada, entre outros motivos, pela queda no preço do barril de petróleo entre 2014-2017. Para além de abalar o governo de Correa e seu partido, o ano de 2014 foi palco dos primeiros sinais que apontavam para o fim de uma era de cerca de oito anos, na qual o Estado equatoriano foi o principal agente impulsionador da economia nacional (SÁNCHEZ; PACHANO, 2020).

Quadro 1 – Valores orçamentários executados para investimentos internos no Equador entre 2008 e 2017 (em bilhões de US\$) em comparação com o preço médio anual do barril de petróleo Brent no mercado internacional (em US\$)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total de Investimentos Internos	2.006	3.212	3.757	4.792	6.022	8.104	7.581	5.580	5.751	4.706
Preço Barril Petróleo Brent	97,64	61,86	79,64	110,94	111,97	108,86	98,94	52,37	44,05	54,39

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Secretaría Técnica Planifica Ecuador (2018) e Index Mundi (2021).

É possível notar que os cursos de ascensão e declínio das duas variáveis acima guardam semelhanças em seus *timings*. Esse fato é indicativo da correlação entre a dinâmica do comércio internacional e as entradas de capitais provenientes das exportações no Equador. Percebe-se que, no ano de 2017, muito embora o preço do barril de petróleo tenha aumentado cerca de US\$ 10, os investimentos internos encolheram US\$ 1 bilhão. Essa ação pode estar relacionada à troca de comando presidencial no país e a posterior mudança de rumos da política equatoriana a partir de 24 de maio de 2017.

Esses pequenos ciclos produzem ecos também na imagem do presidente e de sua aprovação. Correa ostentou um dos maiores índices de aprovação do subcontinente até 2015, o que colaborou para suas reeleições em 2009 e 2013 (SÁNCHEZ; PACHANO, 2020), ambas no primeiro turno. A trajetória, todavia, foi de oscilações. Em 2007, seu primeiro ano à frente do governo, Correa era aprovado por 74% dos equatorianos; esse número foi reduzido para 59% em 2009; em 2013 voltou aos patamares iniciais e bateu 73%, para, três anos depois, regredir a 40% (LATINOBARÓMETRO, 2018). Uma das razões que explica esse fenômeno, segundo De la Torre (2013), é a efêmera lealdade do povo para com o presidente, vinculada à disponibilidade ou não de recursos para abastecer projetos de redistribuição de renda.

Além disso, em 2008, foi promulgada uma nova Constituição, fazendo com que o Equador fosse considerado um “novo constitucionalismo latino-americano”, juntamente com Venezuela e Bolívia (JUSTEN; GURGEL, 2017). O que ocorreu nos três países foi uma tentativa de distanciamento de heranças neoliberais e a formulação de modelos econômicos *sui generis*. Nesse sentido, houve a necessidade de refundação do Estado, agora zeloso a causas antes periféricas, tais como: a biodiversidade, a sociodiversidade, a interculturalidade e o pluralismo (MELO; BURCKHART, 2018). Ao mesmo tempo, imputou ao Estado o compromisso de fiscalizar quaisquer omissões ou transgressões aos direitos que possam ocorrer.

Essa nova Carta Magna reconhecia ainda no Equador um Estado Plurinacional, o que significava dizer que a antiga lógica de Estado Nação estava sendo substituída pela inclusão de várias nações – que coexistiam dentro do território equatoriano – no arcabouço legal do Estado. O documento era sustentado a partir da inversão do princípio de que o mercado deve regulamentar grande parte da vida das pessoas e, em seu lugar, aflorariam expressões culturais e dinâmicas sociais, sobretudo, de povos indígenas. Ademais, a nova Constituição também conferia espaço relevante para a questão dos direitos e os mecanismos para sua garantia.

Muito por causa disso, foi considerada inovadora e precursora de conceitos que visavam à melhoria das condições de vida de todos (WILHELM, 2009; MELO; BURCKHART, 2018). Em consonância com discursos proferidos por Correa, o texto constitucional abordava questões de exclusão e desigualdade sociais, acendendo um debate sobre dominações de classe presentes nas sociedades contemporâneas e a urgência em se rever modelos sociopolíticos herdados de um passado colonialista. Por isso, quase 20% da constituição (85 artigos) foram dedicados à especificação dos direitos e de suas respectivas salvaguardas, entre eles o direito à água e o direito ao habitat (WILHELM, 2009).

A soma de todos esses ingredientes, entretanto, fez com que Rafael Correa decidisse por não concorrer à eleição presidencial de 2017 e nomeasse seu então aliado e ex-vice-presidente Lenín Moreno como candidato. Apesar da vitória de Moreno, Correa percebeu logo nos primeiros meses do novo governo que não havia muito a ser celebrado.

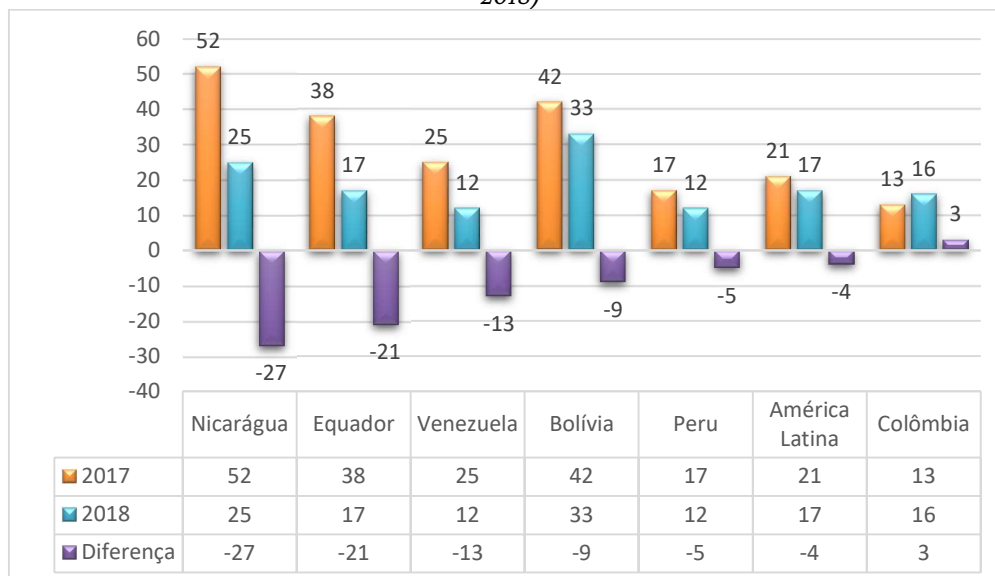
Os primeiros anos do governo Moreno (2017-2019): protestos populares e instabilidades econômicas

A seguir, é discutido o mandato do presidente Lenín Moreno (2017-2021), destacando-se alguns pontos fundamentais para a compreensão da conjuntura sociopolítica do Equador à época, a saber: os protestos populares de outubro de 2019 que, entre outras motivações, foram iniciados a partir da declaração do governo de eliminar subsídios aos combustíveis; a pandemia da Covid-19, cujas sequelas ainda afetam toda a América Latina, destacando-se negativamente o Equador; eleições presidenciais de 2021 que, em meio a este cenário de crises sanitária e econômica, foram caracterizadas pela polarização e por uma disputa acirrada tanto no primeiro quanto no segundo turnos.

A vitória de Lenín Moreno em abril de 2017 foi tanto comemorada por seus aliados – notadamente Rafael Correa – quanto contestada pela oposição. Derrotado, o candidato Guillermo Lasso, do *Creando Oportunidades* (CREO), contestou os resultados da eleição, provocando reações populares diante da sede do *Consejo Nacional Electoral* (CNE). Nada disso, entretanto, impediu a posse de Moreno em maio e suas imprevisíveis mudanças de rumos políticos. Já ao longo dos seis primeiros meses de mandato, Moreno formou um gabinete que, apesar de contar, em sua maioria, com ex-integrantes do governo de Correa, acolheu grupos antes excluídos da seara política, como indígenas, empresários e membros de movimentos sociais (WOLFF, 2018).

Nessa linha, Moreno retomou conversas e negociações com classes de diferentes espectros políticos, desde donos de veículos midiáticos até membros da CONAIE, dois dos maiores desafetos de Correa. Aos poucos, o discurso catalisador da polarização sociopolítica (nós *versus* eles) e o culto à imagem do líder foram sendo substituídos por uma tentativa de união nacional e descentralização da tomada de decisões, respectivamente. Houve, também, dentro do *Alianza PAIS*, um enfraquecimento institucional em virtude do desmonte das heranças correístas por Moreno e das cisões entre apoiadores do presidente e de Correa. O gráfico 2 ilustra um dos indicadores sociais que favorecem Correa em comparação com seu sucessor.

Gráfico 2 – Porcentagem de equatorianos que respondeu positivamente à pergunta: “Se governa para o bem de todos?” (2017-2018)



Fonte: Adaptado de *Latinobarómetro* (2018, p. 40).

Com base nos dados do gráfico 2, pode-se constatar que além de ter caído mais de 20 pontos percentuais em um intervalo de um ano, a diferença – entre 2017-2018 – na confiança do povo equatoriano no que diz respeito ao suposto tratamento igualitário do governo para com os cidadãos é cinco vezes menor do que os números apresentados pela média dos países da América Latina. Outras estatísticas que corroboram as informações presentes no gráfico são as de que, em

2017, 51% dos equatorianos estavam satisfeitos com a democracia, ao passo que em 2018 eram 36%; e, por último, a queda de 20% – de 66% para 46% – na aprovação popular do governo no mesmo período (LATINOBARÓMETRO, 2018).

Apesar disso, Moreno recebeu 67% dos votos favoráveis ao convocar um referendo popular para propor emendas à constituição em fevereiro de 2018 (DE LA TORRE, 2020). Dentre os temas, um dos mais importantes era a revogação da medida, aprovada em 2015 por Correa, que permitia a reeleição perpétua para o cargo de presidente. Cerca de cinco meses depois, em julho, Moreno obteve mais uma vitória diante de Correa quando a justiça equatoriana intimou o ex-presidente a prestar esclarecimentos sobre casos de corrupção durante seu governo e sobre um episódio de perseguição e tentativa de sequestro de um opositor político em 2012, na Colômbia (DE LA TORRE, 2020).

Em termos de produções acadêmicas, não há consenso entre os(as) pesquisadores(as) sobre o caráter e as qualidades do perfil político de Moreno. De um lado, há aqueles(as) que acreditam que os conflitos por uma concordância em relação à definição de democracia persistirão, ainda que as eleições de 2017 tenham trazido perspectivas mais favoráveis às liberdades individuais no Equador (WOLFF, 2018). Ainda sob esse ponto de vista, Arroba (2017, p. 20, tradução nossa) argumenta que “Moreno brinca de ser Jesus, Pilatos e Judas. Ele quer revolucionar a revolução, redirecioná-la”⁸. Moreno viu também o apoio popular à democracia cair 19% no seu primeiro ano de mandato, de 69% em 2017 para 50% em 2018 (LATINOBARÓMETRO, 2018).

O ano de 2019 foi marcado pela continuação nos ajustes fiscais e por convulsões populares contra decisões de Moreno. O Banco Central do Equador se viu obrigado a reduzir o volume de suas reservas internacionais para dar liquidez à economia, recorrendo a empréstimos junto ao FMI da ordem de US\$ 1,7 bilhão para equilibrar as contas públicas (TORRES, 2019). As contrapartidas demandadas pelo FMI, no entanto, atingiram, em especial, os programas sociais de redistribuição de renda, originados na era Correa e perpetuados por Moreno, considerando a necessidade de austeridade fiscal requisitada pelo organismo internacional (TORRES, 2019).

Em meio às tensões econômicas, agrupamentos sociais – que haviam sofrido com a repressão dos governos Correa e recuperavam, paulatinamente, suas vozes em âmbito nacional com Moreno – começaram a demonstrar sua insatisfação com a condução do presidente relativamente à economia. Um dos principais foi a CONAIE que, após anos, retomava o prestígio social das décadas de 1980 e 1990, durante as quais colaborou para renúncias presidenciais. A CONAIE foi um ator relevante nos protestos de outubro de 2019 que, para alguns autores, evidenciaram a fragilidade das instituições equatorianas e enfraqueceram a confiança popular no governo de Moreno (OLIVARES; MEDINA, 2020).

A retomada do protagonismo da CONAIE nos quadros políticos nacionais foi motivada pelo rejuvenescimento de lideranças indígenas, juntamente com a emergência de novas classes socioeconômicas e suas demandas específicas – ocasionadas pelos ciclos de desenvolvimento econômico desde a década de 1980 – possibilitou a entrada de novos atores na confederação e a gradual recuperação de sua atuação política (CAAP, 2019). Esse câmbio geracional foi importante, também, para o redirecionamento de estratégias de participação social desses agrupamentos indígenas.

Uma das reivindicações centrais dos manifestantes era quanto ao corte nos subsídios aos combustíveis realizado por Moreno. Iniciadas por grupos de taxistas, caminhoneiros e motoristas de ônibus, as revoltas foram encaradas com hostilidade e violência pela polícia nacional, fazendo com que, dentro de um prazo de quatro dias (4-8 outubro), Moreno decretasse estado de emergência e buscasse esquivar-se de uma eventual queda transferindo a sede do governo de Quito para Guayaquil. A reação das forças policiais foi justificada por Moreno como uma tentativa de reprimir movimentos financiados por Rafael Correa e Nicolás Maduro que procuravam retirá-lo do cargo (OLIVARES; MEDINA, 2020).

Aos protestos, logo foram anexados estratos universitários, sindicatos e outras organizações indígenas além da CONAIE. Grande parte fora impelida às ruas em razão da já citada eliminação dos subsídios aos combustíveis – o que equivalia a uma alta de 120% no preço do diesel e 30% no da gasolina (NOGARA *et al.*, 2020) – que fazia parte de um pacote de restrições orçamentárias imposto pelo FMI em contrapartida aos seus empréstimos ao Equador. Ainda que o

⁸ Traduzido do original: “Moreno juega a ser Jesús, Pilatos y Judas. Quiere revolucionar la revolución, reencauzarla”.

movimento tenha perdido força, de forma gradativa, ao longo desses cerca de dez dias de manifestações – permitindo ao governo recuperar algum grau de segurança –, alguns cientistas questionam as razões pelas quais Moreno não tenha sido afastado:

(...) os presidentes equatorianos sempre correm o risco de cair, [...] por que, com tudo contra, Moreno permaneceu no poder depois de outubro? É um governo com oposições cruzadas (tem adversários à direita e à esquerda), não tem plataforma política estável (falta-lhe experiência política no gabinete), não tem bancada estável nem maioria parlamentar. [...] A hipótese que talvez deva ser tentada aferir é que se trata de um presidente sustentado por uma série de equilíbrios precários que geram um status quo, em que o custo de sua saída é maior do que mantê-lo, já que sua saída poderia implicar na volta de Correa ao poder, mesmo através de uma pessoa interposta⁹ (OLIVARES; MEDINA, 2020, p. 336, tradução nossa).

De fato, apesar das sete mortes registradas e dos 1.152 presos (NOGARA *et al.*, 2020) durante os protestos de outubro de 2019, Moreno permaneceu a frente do Executivo diante das crises social, política e econômica do país. Isso não significa que Correa também não tenha atravessado momentos similares de agitação em seus mandatos, senão que dispunha de um instrumento fundamental para reestabelecer a harmonia social: o personalismo (OLIVARES; MEDINA, 2020). Como mencionado na citação anterior, entretanto, havia uma ressaca política pós-Correa que fazia de seu eventual retorno à presidência um episódio temido por agrupamentos sociais importantes, tais como as corporações midiáticas. A alternativa foi conservar Moreno no cargo e frustrar qualquer ímpeto salvacionista de Correa.

A segunda parte do governo Moreno (2020-2021): pandemia e eleições presidenciais de 2021

Amenizados os protestos e a questão da possível deposição de Moreno, o Equador teve de resistir à outra crise, desta vez sanitária. Desencadeada nos primeiros meses de 2020, a pandemia da Covid-19¹⁰ chegou até o país e fez com que fosse, inicialmente, um dos mais afetados na América Latina. Ainda que a doença tenha ocasionado um abalo nacional, a pandemia se encarregou somente de acentuar as disfunções econômicas, políticas e sociais já existentes no Equador. O decréscimo nos investimentos em saúde pública de US\$ 241 milhões em 2017 para US\$ 110 milhões em 2019 e, neste mesmo ano, a demissão de mais de três mil funcionários do setor atestam esse argumento (ACOSTA, 2020).

Essas dificuldades têm origem no fim do ciclo de prosperidade que se encerrou em 2014 com a queda no preço do barril de petróleo e na posterior deterioração das condições de vida da população equatoriana. Dentre elas podem ser verificadas a incapacidade de ampliar a criação de empregos formais – só em 2020 as perdas chegaram a 750 mil vagas –, aumento de 35% da pobreza em 2020, polarização política, hiperdependência da economia sobre o extrativismo, altos índices de concentração de riquezas, endividamento externo, judicialização da política e debilitação do mercado exportador (ACOSTA, 2020).

Ao ter na recuperação econômica uma de suas maiores bandeiras, Moreno falhou em reanimar os principais indicadores que balizam a economia equatoriana. Os fluxos de entrada relativos à exportação de petróleo foram de US\$ 19 milhões em abril de 2020, o que representou uma redução de quase 90% em relação ao mesmo período do ano anterior, cuja cifra foi de US\$ 194 milhões (ACOSTA, 2020).

⁹ Traduzido do original: “*Es decir, los presidentes ecuatorianos siempre están en peligro de caer, [...] ¿por qué, con todo en contra, Moreno se mantuvo en el poder después de octubre? Se trata de un gobierno con oposiciones cruzadas (tiene adversarios a la derecha y a la izquierda), no posee una plataforma política estable (su gabinete carece de experiencia política), no tiene bancada estable ni mayoría en el congreso. [...] La hipótesis que quizás se debería buscar comprobar es que es un presidente que se sostiene por una serie de equilibrios precarios que generan un statu quo, en que el costo de su salida es más alto que mantenerlo, ya que su salida podría implicar la vuelta de Correa al poder, aunque sea por interpósita persona*”.

¹⁰ Segundo o Ministério da Saúde brasileiro (BRASIL, 2021) “A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019”.

Imagem 1 – Mapa do Equador contemporâneo e algumas províncias mais importantes (Azuay, Esmeraldas, Guayas, Manabí e Pichincha)



Fonte: (Knapp; Vélez; MacLeod, 2021).

Com destaque para a cidade de Guayaquil, percebe-se que os aspectos demográficos, de infraestrutura e os contextos de pobreza na região também têm participação importante na rápida disseminação do vírus. Já em maio de 2020 (portanto, pouco mais de dois meses após a detecção do primeiro caso no país), a prefeita de Guayaquil, Cynthia Viteri, informou que cerca de um terço dos quase 2,7 milhões de habitantes já havia sido contaminado pelo coronavírus (G1, 2020). Ainda em abril de 2020, era possível encontrar cadáveres estendidos pelas ruas da cidade, em virtude do colapso do sistema funerário e da impossibilidade de algumas famílias em arcar com os custos de um enterro convencional (G1, 2020).

Ademais, a migração, nesse caso, não foi uma opção viável para distanciar-se da crise como havia ocorrido com tantos equatorianos em 1999. A situação, agora, apresentava contornos globais e envolvia o fechamento de fronteiras físicas e restrições à entrada de imigrantes, sobretudo a cidadãos provenientes de países cuja conjuntura era mais delicada, como a do Equador. Dado o engessamento da mobilidade internacional, o Banco Central do Equador constatou contração de US\$ 570 milhões em remessas de equatorianos residentes no exterior para seus familiares que permaneciam no país, escasseando uma corrente de receitas que chegou a ser maior que as de exportação de bananas (ACOSTA, 2020).

Muito embora os quadros pandêmicos, tenham sido piores em vizinhos como Peru, Colômbia e Brasil, o Equador foi um dos países que mais reduziu os gastos sociais tão necessários para combater as dificuldades econômicas advindas da pandemia. Entre os meses de março e maio de 2020, esse decréscimo foi de mais de 13% em comparação com o mesmo período do ano anterior, reforçando uma dinâmica que era visível nos quatro últimos anos, com esses investimentos girando em torno de 8,9% do PIB, enquanto no Peru era de 11% e no Brasil de 17% (CASTRO; FERNÁNDEZ, 2020). Uma das formas de se evitar o falso dilema economia *versus* saúde presente na crise sanitária atual é, justamente, a criação de políticas públicas pelo Estado fazendo uso de investimentos sociais.

Não bastassem os dados apresentados acima, alguns grupos ainda se aproveitaram da vulnerabilidade social ocasionada pela pandemia, durante a qual houve “a entrega de cotas de poder na administração do sistema hospitalar em troca de acordos políticos, nos quais estavam envolvidos deputados e organizações mafiosas”¹¹ (ECHEVERRÍA, 2020, p. 11,

¹¹ Traduzido do original: “(...) la entrega de cuotas de poder en la administración del sistema hospitalario a cambio de acuerdos políticos, en los cuales se vieron involucrados asambleístas y mafias”.

tradução nossa). Se à essas denúncias de corrupção no governo Moreno juntam-se o caos sanitário, a falta de investimentos sociais e a crise econômica, tem-se um panorama mais propício a protestos do que àquele de outubro de 2019. A diferença é que a pandemia levou o governo a decretar estado de exceção no Equador, prejudicando o planejamento de manifestações populares.

Havia, contudo, outra ocasião, não muito distante, que poderia ser utilizada pelo povo equatoriano para expressar seus descontentamentos: as eleições de 2021. O escrutínio era um dos mais esperados dos últimos anos, tendo em conta não só as repercussões da pandemia de Covid-19 no país, como também o anúncio, feito, há algum tempo, por Lenín Moreno sobre sua renúncia à reeleição. Outro elemento interessante que movimentou esse período eleitoral foi a impossibilidade de Rafael Correa em lançar sua candidatura (tanto para presidente como para vice-presidente) em consequência da lei eleitoral que impede a dupla reeleição e dos processos de corrupção pelos quais responde à Justiça do Equador, respectivamente.

Assim sendo, as eleições no Equador tiveram como característica a polarização. Como principais nomes despontavam Guillermo Lasso (CREO), Andrés Arauz (*Movimiento Revolución Ciudadana*), Yaku Pérez (Pachakutik) e Xavier Hervas (*Izquierda Democrática*). Lasso, que além de já ter ocupado o cargo de ministro da Economia em 1999 também fora candidato à presidência em outras duas oportunidades (2013 e 2017), representava uma ala defensora de políticas mais liberais na economia e mais conservadoras quanto aos costumes. Foi um dos maiores opositores de Rafael Correa e de seu legado, enfatizando sempre violações de direitos humanos e a forma autocrática com a qual Correa conduzia seu governo.

Arauz, por seu turno, era o sucessor de Correa. Durante dois anos (2015-2017) fora ministro do Conhecimento e Talento Humano do Equador, possuindo a mesma formação acadêmica de Correa (Economia). Arauz era a escolha de Correa para tentar resgatar a essência da *Revolución Ciudadana*, após quatro anos nos quais Moreno redirecionou as diretrizes de quase todas as áreas do governo. Agora, todavia, Correa deveria lidar com a grande rejeição popular que sua figura adquirira após as condenações por corrupção. Ademais, o enfraquecimento dos partidos políticos – estratégia empregada por Correa para fortalecer o *Alianza PAIS* e sua presidência – parecia estar perdendo força com a ascensão de novas lideranças.

Uma delas foi Yaku Pérez, candidato pela organização indígena Pachakutik e representante de um dos grupos aliados das decisões políticas durante toda a era Correa. Dentre suas bandeiras estavam a defesa do meio ambiente, da economia verde, do desenvolvimento de energias alternativas, da proteção aos indígenas e da promoção de um Estado genuinamente plurinacional no Equador. Pérez manteve um discurso de *outsider*, de renovação política e rechaço às velhas práticas que condenaram o país às crises atuais, mesmo tendo apoiado a candidatura de Lasso à presidência em 2017 (EL UNIVERSO, 2017) e os golpes de Estado no Brasil (2016) e na Bolívia (2019).

Por último, Xavier Hervas, dos quatro, era o menos acreditado para lograr uma posição no segundo turno. Com uma retórica de um candidato que vem de fora dos quadros políticos e que sinaliza para as faixas etárias mais jovens, Hervas disputava o pleito amparado por uma legenda vinculada a um espectro político de esquerda, mesmo tendo laços estreitos com o mercado financeiro e com a classe empresarial do país (sendo, ele próprio, acionista de uma companhia de exportação de alimentos). Em termos de costumes, demonstrou posicionamentos mais flexíveis quanto à legalização do aborto e às pautas das comunidades LGBTQIAPN+.

O resultado do embate desses perfis foi um pleito controverso e acirrado até o final. Após uma recontagem parcial de votos – fruto de denúncias de fraude e que demorou duas semanas – definiu-se que Andrés Arauz (32,72%) enfrentaria Guillermo Lasso (19,74%) no segundo turno. Yaku Pérez, um dos requisitantes do processo de recontagem, ficou 0,35% atrás de Lasso, o que equivalia a uma diferença de 32 mil votos (EQUADOR, 2021). Um segundo turno composto pelo herdeiro político de Correa e por um de seus mais obstinados críticos acentuou as, já intensas, animosidades. A vitória de Arauz, no primeiro turno, com quase 13 pontos percentuais em relação a Lasso, entretanto, não significava um triunfo tranquilo na rodada final.

Marcado para o dia 11 de abril, o sufrágio confirmou as expectativas de imprevisibilidade e, com pouco mais de 52% dos votos, Lasso se tornou o 43º presidente do Equador. Internamente, tanto o resultado quanto os dois meses de campanhas e incertezas políticas manifestaram divisões sociais na população equatoriana que têm sido comuns em vizinhos latino-americanos, como no Brasil. De fato, há aqueles que desejam – e até aguardam – o retorno dos anos em que o petróleo proporcionava a entrada de grandes fluxos de capital no país, fomentando programas do governo de redistribuição de renda e melhorando condições de vida dos equatorianos.

Por outro lado, Lasso representava uma elite banqueira, liberal na economia e conservadora nos costumes que estava há anos buscando maior representatividade política, ainda que, anteriormente, Moreno tenha tentado se distanciar da lógica econômica e política correísta. Organizações como a CONAIE retomam, aos poucos, seu espaço como agente social capaz também de envolver-se nas tomadas de decisão políticas, muito embora seu representante político, o Pachakutik, tenha se aliado a Lasso após sua vitória.

Já do ponto de vista regional e internacional, acredita-se que os países latino-americanos tenham, historicamente, tomado rumos parecidos dentro de recortes temporais específicos (ditaduras militares entre as décadas de 1960-1980, neoliberalismo em 1990, progressismos de esquerda e populismos nos anos 2000, etc.). Isso, todavia, parecia não ter acontecido em 2021. Naquele momento, era possível constatar regimes autoritários (Venezuela e Brasil), líderes adeptos ao liberalismo econômico e/ou de centro-direita (Equador, Chile, Uruguai, Peru, Paraguai) e aqueles que promoviam pautas mais sociais e progressistas (Argentina, Bolívia, México). Já em 2023, muito embora com traços bem distintos daqueles da década de 2000, os países latino-americanos voltaram a partilhar de maior sintonia ideológica.

Considerações finais

Rafael Correa parece não ter conseguido equilibrar a balança que continha, de um lado, a redistribuição de renda e a igualdade entre os diferentes grupos étnicos e sociais e, do outro, a noção de democracia. Seu “tecnopopulismo” combinou traços de líder carismático e popular com a incorporação de uma elite intelectual e técnica em cargos importantes do governo, fortalecendo o poder estatal no que diz respeito aos rumos econômicos do Equador e o controle do Estado sob a extração e a comercialização de seus recursos naturais.

Em relação aos seus objetivos específicos, esse trabalho analisou eventos e características dos governos de Rafael Correa, tais como a implementação do *Buen Vivir*, a promulgação da Constituição de 2008 e aspectos econômicos e políticos. Em segundo lugar procurou compreender a transição Correa-Moreno em 2017 e seus efeitos sobre a sociedade equatoriana. Por fim, debateu avanços e retrocessos de Moreno em relação a Correa nos campos da política e da economia do Equador.

Dois pontos emergem após a saída de Correa. O primeiro deles foi, durante seus dez anos de presidência, o fortalecimento do papel do Estado como agente indutor do desenvolvimento nacional através, entre outras coisas, de maior controle sobre atividades produtivas sensíveis à soberania nacional – de acordo com o modelo que estava sendo adotado por grande parte dos países da América do Sul. O resgate do *Buen Vivir* que, se fora desrespeitado por Correa em algumas circunstâncias, representou, ao menos, um avanço conceitual nos direitos dos povos indígenas, no respeito à diversidade cultural e a valorização da natureza como um símbolo das origens da sociedade equatoriana.

No Equador de 2021, essa herança correísta estava ainda muito presente nas fissuras sociais fomentadas pelos discursos polarizadores do ex-presidente. O futuro político de Correa pareceu não acomodar espaço para otimismo. Isso porque, como dito anteriormente, a eleição de Lasso pode ser vista como um protesto e um rancor ao governo de Correa, além de o cenário político do país não exibir condições favoráveis, tais como o novo fortalecimento dos partidos políticos após os anos de fragmentação orquestrada pelo *Alianza PAIS*.

Em suma, os cenários político e econômico do Equador dos últimos 20 anos têm sido instáveis, tanto pelas oscilações do sistema internacional quanto pelos perfis dos líderes que ocuparam a presidência. Desse modo, percebeu-se

que Rafael Correa implementou políticas de redistribuição de renda que promoveram uma melhoria nos indicadores socioeconômicos do Equador, muito embora tenha instaurado um governo com traços centralistas e personalistas. Moreno, por outro lado, trabalhou para desconstruir a imagem de um governo centralista e personalista, ainda que não tenha conseguido abrandar a crise econômica na qual o Equador se encontra ainda hoje.

Referências

- ACOSTA, A. La maldición de la abundancia. Quito: Abya-Yala, 2009.
- ACOSTA, A. De la pandemia sanitaria al pandemonio económico. **Ecuador Debate**, Quito, n. 109, p. 7-16, 2020.
- ARAUJO, R. Discurso político e o socialismo do século XXI na América do Sul. **Revista Eletrônica de Humanidades**, Macapá, v. 8, n. 1, p. 25-55, 2015.
- AROCA, K. Buen Vivir: críticas y balances de un paradigma social en construcción. **Diálogo Andino**, n. 62, p. 41-51, 2020.
- ARROBA, E. Ajuste y desbarajuste: la implosión de Alianza País y el recambio político en Ecuador. **Ecuador Debate**, Quito, n. 101, p. 7-21, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é a Covid-19?** Brasília, 8 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- CAAP. Conflictividad socio-política Julio/octubre 2019. **Ecuador Debate**, Quito, n. 108, p. 23-37, 2019.
- CARLOS, P. G. Es preferible un banquero a una dictadura. **El Universo**, 22 fev. 2017. Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/2017/02/22/nota/6059647/perez-guarmabel-es-preferible-banquero-dictadura/>. Acesso em: 9 jun. 2021.
- CASTRO, L.; FERNÁNDEZ, J. Un país conectado a un respirador: Ecuador y la crisis provocada por el COVID-19. **Ecuador Debate**, Quito, n. 110, p. 25-60, 2020.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL. **Banco de dados**, 2021. Disponível em: https://cepalstat-prod.cepal.org/cepalstat/tabulador/ConsultaIntegradaProc_HTML.asp. Acesso em: 25 mar. 2021.
- DE LA TORRE, C. El gobierno de Rafael Correa: posneoliberalismo, confrontación con los movimientos sociales y democracia plebiscitaria. **Revista Temas y Debates**, n. 20, p. 157-172, 2010.
- DE LA TORRE, C. Technocratic populism in Ecuador. **Journal of Democracy**, v. 24, n. 3, p. 33-46, 2013.
- DE LA TORRE, C. Ecuador after Correa. **Journal of Democracy**, v. 29, n. 4, p. 77-88, 2018.
- DE LA TORRE, C. Rafael Correa's technopopulism in comparative perspective. In: SÁNCHEZ, F.; PACHANO, S. (eds.). **Assessing the left turn in Ecuador**. Cham: Palgrave Macmillan, 2020. p. 91-114.
- ECHEVERRÍA, J. Pandemia y economía en la coyuntura electoral. **Ecuador Debate**, Quito, n. 110, p. 7-18, 2020.
- EQUADOR. Presidente (2007–2017: Rafael Vicente Correa Delgado). **Discurso de posesión del Presidente de la República, economista Rafael Correa Delgado en la mitad del mundo**. Quito, 15 jan. 2007. Disponível em: <https://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/09/2007-01-15-Discurso-Pose%C3%B3n-Presidencial-Mitad-del-Mundo.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.
- EQUADOR. Consejo Nacional Electoral. **Elecciones Generales 2021**. Quito, (2021). Disponível em: <https://app01.cne.gob.ec/Resultados2021>. Acesso em: 9 jun. 2021.
- JARAMILLO, G. Rafael Correa's foreign policy paradox: discursive sovereignty, practical dependency. In: SÁNCHEZ, F.; PACHANO, S. (eds.). **Assessing the left turn in Ecuador**. Cham: Palgrave Macmillan, 2020. p. 325-349.
- JUSTEN, A.; GURGEL, C. Mecanismos institucionais de participação social e barreiras estruturais: o caso do Equador. **Germinal: marxismo e educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 82-100, 2017.
- KNAPP, G.; VÉLEZ, H.; MACLEOD, M. **Encyclopedia Britannica**, 8 jun. 2021. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Ecuador#/media/1/178721/1295>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- KRUSTIYATI, A. Ecuador's decision to grant asylum to Julian Assange: the manifestation of human security? **Jurnal Hukum Internasional**, v. 10, n. 3, p. 217-230, 2013.
- LALANDER, R.; PERALTA, P. Movimiento indígena y revolución ciudadana en Ecuador. **Cuestiones Políticas**, v. 28, n. 48, p. 13-50, 2012.

LARA, F. Parricidas, leales y traidores: la dramática transición ecuatoriana hacia el poscorreísmo. **Ecuador Debate**, Quito, n. 102, p. 9-26, 2017.

LATINOBARÓMETRO. **Informe 2018**. Santiago de Chile; 2018. 1-82.

LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. Latin America's "Left Turn": a framework for analysis. In: LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth (eds.). **The resurgence of the Latin American left**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2011. p. 1-28.

MACDONALD, L.; RUCKERT, A. Post-Neoliberalism in the Americas: an introduction. In: MACDONALD, Laura; RUCKERT, Arne (eds.). **Post-Neoliberalism in the Americas**. London: Palgrave Macmillan, 2009. p. 1-18.

MADRID, R. The emergence of ethno-populism in Latin America. In: DE LA TORRE, C. (ed.). **Routledge handbook of global populism**. Nova York: Routledge, 2019. p. 163-175.

MALAMUD, A. Fragmentação e divergência na América Latina. **Relações Internacionais**, n. 24, p. 61-73, 2009.

MATOS, M.; FILIPPI, E. Bolivarianismo e Revolução: o legado de Simón Bolívar nos governos de Rafael Correa no Equador (2007-2017). **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 1-23, 2022.

MELÉNDEZ, C.; MONCAGATTA, P. Ecuador: una década de correísmo. **Revista de Ciencia Política**, v. 37, n. 2, p. 413-447, 2017.

MELO, M.; BURCKHART, T. A Constituição equatoriana de 2008: uma nova concepção de estado e pluralismo. **Trayectorias Humanas Trascontinentales**, Limoges, n. 3, p. 7-21, 2018.

MONEDERO, J. Cara a cara con Rafael Correa | Entrevista. 2018. (41m01s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1lcUbvecnbM>. Acesso em: 6 mar. 2021.

MORA, E. **Resumen de historia del Ecuador**. Quito: Corporación Editora Nacional, 2008.

NOGARA, T. *et al.* Repercussões do desmantelamento da Revolución Ciudadana: as tensões políticas no Equador de Lenín Moreno. **Espacio Abierto**, v. 29, n. 3, p. 87-102, 2020.

NOVO, C. Discriminación y colonialidad en el Ecuador de Rafael Correa (2007-2017). **Revista Alteridades**, v. 28, n. 55, p. 49-60, 2018.

OLIVARES, A.; MEDINA, P. La persistente debilidad institucional de Ecuador: protestas, elecciones y divisiones políticas durante el 2019. **Revista de Ciencia Política**, v. 40, n. 2, p. 315-349, 2020.

O'NEIL, S. Latin America's populist hangover: what to do when the people's party ends. **Foreign Affairs**, 2016. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/americas/2016-09-27/latin-america-s-populist-hangover>. Acesso em: 20 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Assembleia Geral. **Resolução nº 66/290, de 10 de setembro de 2012**. Dispõe sobre o conceito de Segurança Humana. Nova Iorque. 2012. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/476/22/PDF/N1147622.pdf?OpenElement>. Acesso em: 7 mai. 2021.

QUÍCHUA. Dicionário online Michaelis, 25 ago. 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=qu%C3%ADchua>. Acesso em 25 ago. 2021.

RIBEIRO, D. **América Latina: a pátria grande**. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 2017.

RIVERA, I.; REGUERO, S.; ROBALINO, D. ¿Acción política populista en movimiento? Las demandas sociales de la CONAIE y las feministas en Ecuador (2007–2019). **Análisis Político**, Bogotá, n. 98, p. 85-106, 2020.

SANCHEZ-SIBONY, O. Classifying Ecuador's regime under Correa: a procedural approach. **Journal of Politics in Latin America**, v. 9, n. 3, p. 121-140, 2017.

SÁNCHEZ, F.; PACHANO, S. Introduction. In: SÁNCHEZ, F.; PACHANO, S. (eds.). **Assessing the left turn in Ecuador**. Cham: Palgrave Macmillan, 2020. p. 1-13.

TORRES, E. Dolarização e crise no Equador a partir da hierarquia monetária Minskyana. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 24-40, 2019.

UM terço dos 2,7 milhões de moradores de Guayaquil, no Equador, contraiu a Covid-19. **G1**, 8 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/08/um-terco-dos-27-milhoes-de-moradores-de-guayaquil-no-equador-contraiu-a-covid-19.ghtml>. Acesso em: 7 jun. 2021.

VANHULST, J.; BELING, A. El Buen Vivir: una utopía latino-americana en el campo discursivo global de la sustentabilidad. **Revista Polis**, v. 12, n. 36, p. 497-522, 2013.

WILHELM, M. Possibilidades e limites do constitucionalismo pluralista: direitos e sujeitos na Constituição equatoriana de 2008. In: VERDUM, R. (org.). **Povos Indígenas: constituições e reformas políticas na América Latina**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC, 2009, p. 134-150.

WOLFF, J. Ecuador after Correa: the struggle over the “Citizens’ Revolution”s. **Revista de Ciência Política**, v. 38, n. 2, p. 281-302, 2018.

Funções de colaboração exercidas	
Mateus Webber Matos:	Conceituação; Metodologia; Curadoria de dados; Visualização; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);
Eduardo Ernesto Filippi:	Conceituação; Metodologia; Administração do projeto; Análise formal;

Informações fornecidas pelos autores de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)